

BOLETIM SINDICAL

GESTÃO ADUENF AUTÔNOMA E DE LUTA



ANO 5 – NÚMERO 31– 07/10/25



Docentes, técnicos administrativos e aposentados da UENF participaram da Audiência Pública da ALERJ sobre o PCV, convocada pelo deputado Flávio Serafini a pedido da ADUENF

PCV: É APROVAR OU APROVAR

Audiência Pública na ALERJ aponta chance de votação ainda em 2025

Depois de anos de espera, os servidores da UENF voltaram a enxergar uma possibilidade real de implantação do novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV), que se encontra parado na Casa Civil do Governo do Estado. O tema foi debatido em Audiência Pública no dia 11 de setembro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a partir de uma solicitação da Associação dos Docentes da UENF (ADUENF). Presidente da Comissão de Servidores da ALERJ, o deputado estadual Flávio Serafini (PSOL) apontou dois encaminhamentos. O primeiro é negociar até o fim de outubro a viabilidade do plano junto à Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico Financeiro do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro (COMISSARF), que exige uma compensação financeira para cobrir o aumento de despesas que o PCV representaria para a universidade.

Caso não haja avanço na negociação com a comissão, o parlamentar sugere levar o projeto de lei do PCV diretamente para votação na Assembleia até novembro, para que seja implantado ainda em 2025. Serafini também defendeu que a UENF, via CONSUNI, prepare um plano estratégico de investimentos para disputar os recursos do Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (PROPAG), que substituirá o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e permitirá ao Estado investir em educação, ciência e tecnologia. Concluído em 2021 pela comunidade acadêmica, o PCV corrige distorções históricas, valoriza técnicos que hoje chegam a ganhar menos de um salário mínimo e recompõe parte das perdas salariais acumuladas pelos docentes – que já passam de 49%, segundo o DIEESE. Também garante a promoção de professores associados a titulares sem necessidade de concurso.

QUANTO CUSTA A EDUCAÇÃO? 🤔

ADUENF questiona a exigência de compensação financeira para o PCV

A compensação financeira exigida pela COMISSARF para aprovar o PCV dos servidores da UENF foi um dos principais pontos questionados na Audiência Pública da ALERJ. O que exigir como contrapartida financeira de uma universidade que é pública, conta com um quadro funcional defasado e tem como objetivo principal desenvolver a Região Norte/Noroeste Fluminense? Como mensurar a importância da educação como investimento de retorno garantido? Como converter vidas transformadas pela universidade em cifras?

O professor Jefferson Rodrigues de Souza, representante do CCT no Conselho da ADUENF, citou um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual, para cada R\$ 1 investido em educação, o PIB tem um aumento de R\$ 1,85.

Dinheiro não é o problema. A reitora Rosana Rodrigues afirmou que o orçamento da UENF – cerca de R\$ 110 milhões ao ano – comporta o novo PCV sem a necessidade de criar uma nova despesa para o Governo do Estado.

A respeito da compensação financeira, também foi observado que o Governo do Estado assinou, em 2023, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público comprometendo-se a destinar 25% de sua arrecadação para Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE). No entanto, R\$ 2,7 bilhões foram desviados para outras despesas. Por determinação do TAC, a administração estadual terá de pagar o valor desviado com correção monetária, além de cumprir o percentual mínimo de 25% de repasse à educação. O termo explicita a UENF como uma das destinatárias deste recurso.

O RISCO REAL DA “FUGA DE CÉREBROS” NA UENF

Um desafio a mais foi apontado na Audiência Pública, pelo presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega: a fuga de cérebros em virtude da desvalorização salarial na UENF. Além da aprovação do PCV, Ricardo defendeu a recomposição salarial dos servidores do Executivo estadual e a revogação da Lei Complementar 194/2021, que restringe direitos da categoria docente, como exercício da licença-prêmio e os triênios para os profissionais que ingressaram na UENF a partir desse ano. Ricardo também defendeu o reajuste dos valores pagos a cargos comissionados, que estão altamente defasados. “Tem sido pouco atraente para os docentes exercer esses cargos. Nós temos uma carga de trabalho muito grande sem uma remuneração condizente com as nossas responsabilidades”, ponderou. O 2º vice-presidente da ADUENF, Marco Antônio Pedlowski, citou um pensamento do professor e antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador da UENF: “Universidade não se faz com prédio e equipamentos caros; universidade se faz com gente”. O papel social da UENF também foi reforçado pela 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Raquel Garcia.



Ricardo Nóbrega citou a desvalorização da carreira como uma ameaça à UENF

Para o deputado Flávio Serafini, não é mais admissível utilizar o pretexto da falta de recursos para não atender às universidades nem a educação, enquanto várias áreas da administração estadual estão sendo contempladas. “O conjunto dos servidores do estado do Rio de Janeiro está acumulando perdas. No caso da UENF, é gravíssimo o esvaziamento da universidade”, comentou.

JUSTIÇA GARANTE PAGAMENTO DO TERÇO DE FÉRIAS

Os professores da UENF conquistaram mais uma importante vitória, fruto da organização sindical e da ação firme da ADUENF: a Justiça reconheceu o direito ao pagamento do terço de férias referente aos 15 dias usufruídos entre os períodos letivos, além do pagamento retroativo desde 2016. A decisão veio após ação movida pela ADUENF (Ação Civil Pública nº 0014034-98.2021.8.19.0014), confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Com o trânsito em julgado, não cabe mais recurso: a universidade tem a obrigação de pagar. No dia 29 de julho, a ADUENF solicitou à 3ª Vara Cível de Campos a intimação imediata da UENF para iniciar os pagamentos, incluindo folha suplementar referente ao período de férias entre os períodos letivos de 2025.

O não cumprimento da decisão judicial configura crime de desobediência, podendo responsabilizar não apenas a instituição, mas também a Reitoria. Após o pagamento de 2025, será realizado o cálculo das parcelas retroativas devidas a cada docente desde 2016. Professores que se aposentaram nesse período também terão direito à restituição proporcional ao tempo de exercício. Essa conquista mostra, mais uma vez, que a luta organizada dá resultado. É fruto da mobilização da categoria e da atuação firme da Assessoria Jurídica da ADUENF. Seguimos com a certeza de que cada direito arrancado na Justiça fortalece a nossa categoria. É hora de celebrar, mas também de manter a pressão: direito não se pede, se conquista!

68º CONAD REFORÇA LUTAS E APOIO AOS DOCENTES



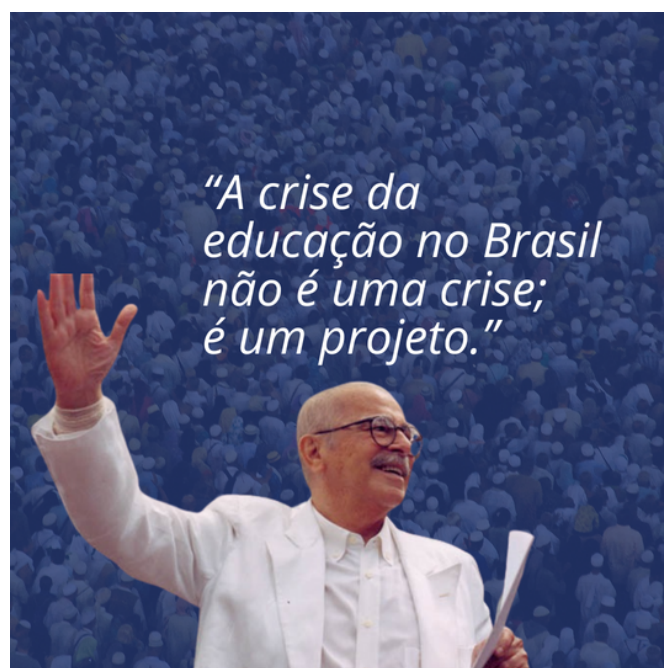
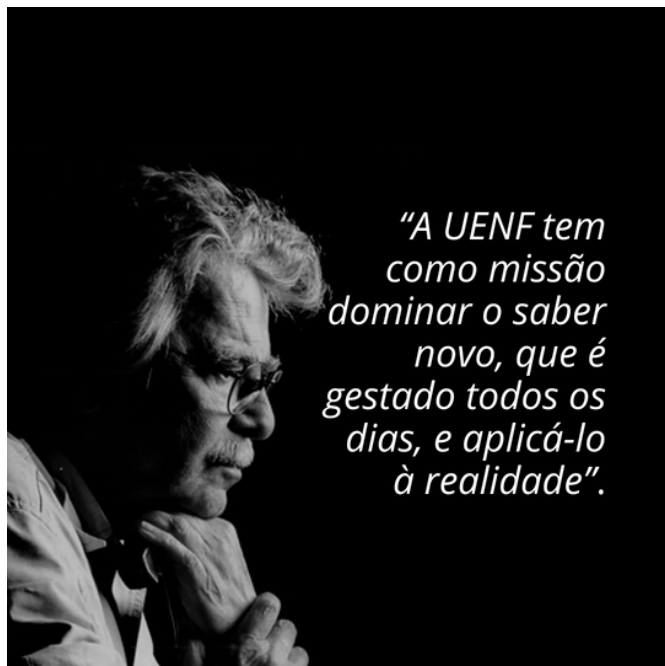
ADUENF presente no 68º CONAD, em Manaus: a luta de um é a luta de todos os docentes

A defesa da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) contra a ameaça de privatização, a aprovação de moção de solidariedade à professora Luciane Soares da Silva e o fortalecimento da mobilização diante dos ataques às universidades públicas estaduais foram os destaques do 68º CONAD, realizado pelo ANDES-SN entre 11 e 13 de julho em Manaus (AM). A ADUENF esteve presente com o presidente Ricardo Nóbrega e a professora Raquel Garcia, recém-empossada como 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

“Estamos diante de desrespeitos e ataques sistemáticos. Ver que outras universidades enfrentam problemas semelhantes mostra que só a organização coletiva e nacional poderá barrar esses retrocessos”, disse Ricardo Nóbrega.

No centro dos debates, esteve o Projeto de Lei 3.733/2025, do governador Romeu Zema, que abre caminho para a venda de bens públicos e até para a extinção ou transferência da UEMG à União. O CONAD aprovou a intensificação do apoio político, jurídico, financeiro e estrutural à luta contra esse ataque, além da realização de reunião do Setor das IEEs/IMEs/IDES para debater Federalização e PROPAG.

Outro ponto de destaque foi a aprovação de uma moção de solidariedade à professora Luciane Soares da Silva, do CCH/UENF, suspensa por um mês após sindicâncias inconclusivas. O ANDES-SN apontou a perseguição como prática autoritária que tenta silenciar vozes críticas dentro da universidade.



A UNIVERSIDADE SEGUNDO DARCY

Nos 32 anos da UENF, série de posts lembra o legado do seu criador

Nos 32 anos da UENF, houve reflexão. Numa série de posts em suas redes sociais com frases icônicas de Darcy Ribeiro, a ADUENF propôs um exercício de livre pensamento: a universidade idealizada pelo professor e antropólogo está seguindo seu projeto?

A promessa de vanguarda esbarra em velhos problemas que insistem em permanecer. A falta de pessoal compromete a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A desvalorização salarial atinge docentes e servidores.

A precariedade de infraestrutura, visível em salas de aula, laboratórios e espaços de convivência, revela um cenário distante do sonhado por Darcy. Falta a democracia tão desejada nas instituições acadêmicas que olham para o futuro.

Há muitas perguntas. Não há respostas prontas. Mas a ADUENF reafirma seu compromisso de lutar por uma universidade pública forte e por um futuro que honre a memória de Darcy Ribeiro. Porque defender a UENF é defender o legado de seu criador.